

Segunda-feira, 10 de abril de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: Programas sociais

NOSSA OPINIÃO

Erro de foco

Num país com os desníveis de renda e o contingente de pobres do Brasil, políticas sociais têm de estar no centro das discussões, principalmente em ano eleitoral. Mesmo que haja uma inevitável manipulação inerente às campanhas políticas, o assunto requer atenção constante, pela importância que tem para a sociedade. E em dois aspectos. Pelo impacto que os programas podem causar nos grupos a que se destinam — impacto positivo ou negativo — e comparado com o esforço da sociedade em financiar esses gastos. Quanto mais eficiente e produtiva for essa despesa, melhor para todos, contribuintes e assistidos.

Se olhada a questão pelo ângulo frio dos números, o Brasil tem sido um dos países que mais destinam verbas públicas para áreas consideradas "sociais". Se for contabilizada nessa rubrica a Previdência, no ano passado o governo canalizou 11,3% do PIB para essa finalidade.

Ano a ano, essas despesas crescem, numa velocidade superior à da própria capacidade de o país gerar renda. São gastos que inflam mais

rapidamente que o PIB. O Bolsa Família, programa criado no governo Lula para abrigar várias linhas de dispêndios sociais já existentes, é um exemplo. Os R\$ 6,5 bilhões distribuídos em 2005 deverão ser este ano R\$ 11 bilhões, quando o programa abrangerá pouco mais de 11 milhões de famílias. Uma grande, e crescente, parcela da população es-

tá colocada sob o guarda-chuva assistencialista do Estado. Esta é a melhor estratégia para eliminar a miséria e a pobreza? Há fundamentadas dúvidas. Está provado que o dinheiro distribuído sem maiores cuidados com a cobrança de contrapartidas apenas gera viciados em esmolas. Esse sistema perverso pode servir para o político populista

preocupado apenas com votos. Não interessa ao país.

Boa parte desses gastos sociais, financiados por uma insustentável carga tributária, resulta em pouco ou nada para um país que precisa avançar num mundo competitivo. Pois esmola não gera desenvolvimento. Enquanto isso, a despesa mais produtiva para a sociedade — em educação básica — continua minguada.

Está provado
que distribuir
esmola não
desenvolve
qualquer país

Terça-feira, 11 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Equívoco no INSS

A Constituição exige que o governo mantenha o poder de compra dos rendimentos recebidos pelos beneficiários do regime geral da previdência social (INSS). Desse modo, os benefícios são atualizados anualmente pela inflação passada, por índices como o INPC, calculado pelo IBGE, que mede a variação do custo de vida para famílias com renda de um a oito salários mínimos.

Esse compromisso reflete a filosofia da previdência social, que é a de assegurar uma renda para aqueles que perdem a capacidade de trabalhar, seja por motivo de saúde ou idade. E o benefício é estendido para os dependentes dos segurados da previdência.

Como as contribuições da previdência incidem sobre um teto salarial máximo, difundiu-se erroneamente entre os segurados a idéia de que os benefícios teriam relação direta com um certo número de salários mínimos, e desse modo há sempre uma expectativa de que os pagamentos sejam corrigidos de acordo com o aumento anual aprovado para o piso salarial.

Como o governo tem procurado dar aumentos reais para o mí-

nimo, qualquer atualização dos benefícios do INSS que não contemple uma variação acima da inflação causa comoção. Assim, esse tema passou a ser passível de demagogia político-eleitoral por parte dos parlamentares e governantes.

Não surpreende então que o governo tenha decidido atualizar os benefícios do INSS superiores a um salário mínimo (que é o piso

estabelecido pela Constituição) com um índice de 5%, que supera a variação acumulada pelo INPC em doze meses. Tal decisão conflita com o esforço feito para se reduzir o déficit da previdência, que este ano poderia sofrer uma queda mais expressiva no seu ritmo de crescimento por força do recadastramento dos segurados exigido por lei — pois haverá expurgo de milhares de benefícios que vinham sendo pagos indevidamente. Mas a tendência do déficit é de alta, e o buraco já se aproxima dos R\$ 50 bilhões.

Em vez de fazer demagogia, os governantes precisam pensar seriamente em uma nova reforma da previdência capaz de restabelecer um equilíbrio financeiro suficiente para garantir o pagamento de benefícios no futuro.

Eleições
estimulam
demagogia
no reajuste
de benefícios

Terça-feira, 11 de abril de 2006

O GLOBO

Preço da nostalgia

Não é a primeira vez na história francesa que as ruas saem vencedoras num embate com o poder institucional. Sob forte pressão de sindicatos e estudantes, o derrotado agora foi o governo do primeiro-ministro Dominique de Villepin, defensor do Contrato de Primeiro Emprego, destinado a flexibilizar a legislação trabalhista para facilitar a contratação formal de jovens até 26 anos de idade. Diante da forte reação contrária, Villepin se viu sozinho na empreitada, sem o apoio firme do presidente Jacques Chirac, e ainda começou a perder terreno para o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, seu rival para disputar as eleições presidenciais. O governo, então, bateu em retirada, e saiu vitorioso um conservadorismo travestido de avanço social, com tinturas de uma esquerda ultrapassada.

Chirac acena com medidas compensatórias. O mais provável, no entanto, é que tudo continue mais ou menos como está, com um mercado de trabalho engessado pela regulação, nada dinâmico, incapaz de absorver a população jovem. Como demonstra a experiência de outros países, onde a desregulação reduziu o desemprego, Villepin queria facilitar a demissão no período dos dois

primeiros anos de emprego para estimular as empresas a contratar os recém-chegados ao mercado de trabalho. O conceito é muito simples: se é fácil demitir, é fácil contratar. Mas não conseguiu. Assim, a taxa de desemprego no universo dos jovens franceses de até 26 anos continuará na faixa dos 22%, mais que o dobro da média nacional.

Entre os que foram às ruas protestar certamente estão aqueles que

França
continua sem
perspectiva de
competir na
globalização

conseguiram ultrapassar a barreira do excesso de regras, estão empregados e desejam usufruir pelo resto da vida a virtual estabilidade que a legislação concede. Outros protestaram por querer um dia entrar nesse paraíso trabalhista, mesmo com poucas chances de realizar o sonho. A França se firma como um país de segunda categoria no bloco do

Primeiro Mundo, incapaz de competir com economias mais abertas. Já tem uma renda per capita inferior à da Inglaterra e da Irlanda e não demonstra condições de concorrer com os novos associados do bloco europeu, países egressos da órbita da extinta União Soviética, onde os salários são mais baixos, há mão-de-obra qualificada e os empresários têm mais liberdade para empreender. O mundo evolui e a França fica prisioneira do passado.

Quarta-feira, 12 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Riscos para Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem mantido a liderança nas pesquisas eleitorais, com razoável margem à frente do candidato tucano Geraldo Alckmin. Pode ser que a sondagem divulgada ontem pela CNT/Sensus, em que Lula, de fevereiro a abril, caiu 4,7 pontos, enquanto o adversário subiu 3,2 pontos, 0,2 acima da margem de erro, cause certa preocupação no Palácio do Planalto. Há analista que identifica algum efeito radioativo da quebra ilegal do sigilo bancário do casarão Francenildo.

Porém, ainda é cedo para análises e projeções definitivas do que acontecerá nas urnas. Mas chama a atenção que pelo menos até agora — salvo confirmação da tendência esboçada por esse último levanta-

mento — a candidatura de Lula tenha se mantido relativamente incólume à corrosão pública causada pelo escândalo do mensalão. Considerando que há uma natural desinformação sobre fatos políticos nas faixas de renda mais baixa, é em parte surpreendente que 79% dos ouvidos pelo Datafolha digam haver corrupção no governo e, desses, 37% atribuem a Lula "grande responsabilidade pelo problema".

E surpreende ainda mais que,

mesmo assim, o projeto da reeleição continue bastante viável. Há várias explicações para esse aparente paradoxo. Uma delas, o bom momento da economia, é indiscutível. Com todas as dificuldades decorrentes de distorções fiscais e monetárias, o Brasil tem conseguido se aproveitar da ramonda de crescimento mundial sincronizado. As exportações continuam a se expandir, apesar da va-

loração do real; a inflação converge para a meta anual de 4,5% e, por decorrência, o poder aquisitivo da população se mantém. Tudo somado faz a economia acelerar o crescimento.

A boa notícia esconde uma armadilha para Lula. Se, em meio a algum susto eleitoral, ele radicalizar no populismo — na linha do

aumento real dos benefícios previdenciários —, jogará fora o grande trunfo que é uma economia estabilizada. Riscos existem, pois os gastos correntes continuam em alta, em que pesem todos os alertas. O grande teste do ministro Guido Mantega será evitar o descumprimento da meta de 4,25% do superávit primário. As chances da reeleição dependerão bastante da eficiência do recém-empossado ministro.

Economia
ajuda projeto
da reeleição,
mas pode
prejudicá-lo

Quarta-feira, 12 de abril de 2006

O GLOBO

Irã na mira

A maneira mais segura de não descobrir se os EUA pretendem atacar o Irã para destruir suas instalações nucleares é perguntar ao presidente George W. Bush. Como se sabe, o governo Bush tem horror a dar explicações ou a prestar contas dos seus atos.

Mesmo que a pergunta seja feita pelo Congresso dos EUA, suspeita-se, a Casa Branca há de negar com veemência, chamando qualquer rumor a esse respeito de "especulação delirante". No máximo admitirá que o uso da força faz parte de sua estratégia para forçar o Irã a desistir de fabricar armas nucleares.

Mas, a acreditar em relatos recentes da imprensa americana — basicamente da revista "New Yorker" e do jornal "Washington Post", que citam como fontes funcionários e ex-funcionários do governo — os planos para uma ação militar contra o Irã estão bem adiantados. Por ora o Pentágono e CIA não estariam pensando numa invasão por terra, apenas em lançar ataques aéreos contra alvos limitados, como as instalações para conversão e enriquecimento de urânio em Isfahan e Natanz.

Na avaliação de Bush, a maior

ameaça aos interesses americanos no Oriente Médio, ou em qualquer lugar do mundo, é o regime iraniano. Uma fonte citada pela "New Yorker" disse ao autor da reportagem, Seymour Hersh, um dos repórteres mais respeitados dos EUA, que a intenção do presidente é a mudança de regime em Teerã, entre outros motivos para "salvar o Irã" da República Islâmica. E acrescentou: "Isso leva à guerra."

Já os aiatolás acham que só desenvolvendo sua capacidade nuclear o Irã terá condições de defender-se. "Isso também leva à guerra."

É espantoso que esses planos sejam arquivados e em Washington enquanto o Iraque mergulha numa guerra civil desencadeada justamente pela ação militar ven-

dida à opinião pública como redentora em todos os sentidos — para os iraquianos, para o Oriente Médio e, indiretamente, para os EUA e o resto do mundo.

Não faltam agora, como não faltaram antes da invasão do Iraque, chefes e especialistas militares que alertam para a possibilidade de nova catástrofe. Mas há o risco de a História se repetir, e Bush voltar a impor aos americanos sua política externa messiânica.

Lição do
Iraque parece
não ter sido
entendida na
Casa Branca

Quinta-feira, 13 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Denúncia histórica

Os constituintes de 87, entre os serviços bem-felizes ao descontinuar a Carta das heranças do autoritarismo, deram poderes ao Ministério Público para defender a sociedade e a ordem jurídica, imune às pressões dos governantes. A denúncia encaminhada ao Supremo pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, contra os mensaleiros e sócios do esquema espúrio montado pela cúpula do PT e o financista, traficante de interesses e publicitário mineiro Marcos Valério é, desde a promulgação da Constituição, em 1988, uma das maiores demonstrações do acerto do trabalho dos constituintes.

Apesar dos excessos volta e meia cometidos por promotores e procuradores, a denúncia despachada na terça-feira para o ministro do STF Joaquim Barbosa contra 40 pessoas justifica, por si só, a existência do Ministério Público.

Os poderes do MP permitiram que, mesmo nomeado pelo presidente Lula, fundador do PT, o procurador-geral assinasse um parecer avassalador para a cúpula petista associada a Marcos Valério e às legiões que tiveram parlamentares cooptados em troca dos clérigos dis-

tribuídos de forma generosa pelo valerioduto. A denúncia confirma a linha do relatório final da CPI dos Correios — e avança, por se tratar de uma peça com valor jurídico. Não é mais possível tentar explicar as passagens mais cáusticas do relatório da CPI contra petistas e aliados como manobras oposicionistas e eleitoreiras.

Agora, é o Ministério Público que pede a punição de José Dirceu — tratado de chefe de uma "organização criminosa" — José Genoino, Delúbio Soares e Sílvio Pereira por corrupção ativa e formação de quadrilha, crimes de que Marcos Valério também é acusado. Das personalidades petistas, o único arrolado a continuar no governo é Luiz Gushiken, enquadrado por peculato.

O procurador-geral da República redime, ainda, a opinião pública, desprezada por congressistas, ao não deixar escapar aqueles cujo mandato foi salvo no plenário da Câmara pelo compadrio e o fisiologismo. João Paulo Cunha, por exemplo. Nem os que se valeram da renúncia esperta para fugir do julgamento político. Caso de Valdemar Costa Neto, do PL. As 136 páginas da denúncia do MP garantem de vez ao mensaleiro um lugar de destaque na galeria dos escândalos nacionais.

MP redime a
opinião
pública no
caso do
mensaleiro

Quinta-feira, 13 de abril de 2006

O GLOBO

Única saída

A importância da Varig não se mede apenas pelo transporte de passageiros e de carga. Ao longo de sua história, a empresa acumulou reconhecida experiência na área de manutenção, habilitando-se como uma das seis companhias no mundo a prestar esse tipo de serviço para operadoras de grandes jatos. Pela escola no Rio Grande do Sul e pelos simuladores no Rio de Janeiro

passou a maior parte dos pilotos da aviação comercial brasileira. Por muitos anos, os aviões da Varig foram os únicos a interligar capitais e outras cidades do Norte/Nordeste aos principais centros do país. Graças também à Varig, o Brasil manteve linhas aéreas regulares com toda a América do Sul. Todo esse histórico faz com que os brasileiros tenham carinho especial pela empresa. De fato, no exterior, os aviões e os símbolos da companhia aérea chegaram a representar o Brasil.

Assim, existe uma enorme torcida para que a companhia aérea se recupere e volte a ter a mesma importância de antes. No entanto, a realidade do mercado hoje é muito diferente daquela em que a estrela da Varig brilhou. A concorrência é uma das atuais caracte-

terísticas da aviação comercial. A atividade ainda é muito regulamentada pelo Estado, mas já houve suficiente abertura para o surgimento de novas companhias, que têm como estratégia o baixo custo e a venda de passagens por preços mais acessíveis a um público que não era usuário do transporte aéreo.

A Varig resistiu a essas mudanças, continuou com uma estrutura pesada e onerosa, não resistindo à crise que abalou várias grandes companhias aéreas do mundo depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

É inconcebível
dinheiro do
erário para
uma Varig
sem chances

A empresa foi a primeira grande companhia a se amparar na nova lei de recuperação de empresas. Para alçar voo novamente, a Varig precisa de investidores competentes que assumam o controle da empresa dispostos a promover transformações profundas, o que inicialmente pode significar enxugamento de pessoal.

Somente com essa garantia de mudanças é que se poderia pensar em financiamentos de bancos públicos para a Varig. Mas jamais em desviar dinheiro do contribuinte para uma empresa inviável. Já passou esse tempo.

Sexta-feira, 14 de abril de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: *Favelização*

NOSSA OPINIÃO

Sem demagogia

À primeira vista, são animadoras as propostas que constam do anteprojeto do novo Plano Diretor do Rio, especificamente com vistas à contenção do processo de favelização e ao reassentamento dos moradores em áreas de risco e externas aos chamados ecolimites. É impossível, no entanto, conter o ceticismo diante de mais uma declaração de propósitos, por mais bem montado e criterioso que seja o novo texto. Porque muitos bons projetos já foram elaborados anteriormente com os mesmos objetivos, sem atingir resultados concretos.

A favelização é um mal nacional, que se antes se restringia às grandes metrópoles, hoje não poupa praticamente cidade alguma no país. Nova Friburgo, como mostrou reportagem do GLOBO, é um exemplo desse processo de degradação, que tem como principal fator uma migração maciça do campo para as cidades e é alimentado pela ausência de uma política habitacional consistente para os mais pobres e pela expansão populacional que deveria ser

contida por um planejamento familiar infelizmente inexistente.

A lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, aprovada pelo Congresso, é um dos instrumentos que já foram criados, e que podem funcionar na medida em que estiverem disponíveis os necessários recursos. Mas o ponto de partida será sem-

Os grandes
centros estão
em processo
de degradação
contínua

pre a capacidade de decisão e uma política enérgica dos governantes para evitar loteamentos clandestinos, impedir a ocupação desordenada de encostas e até, quando preciso, proceder à remoção de moradias.

É sintomático que na mesma Nova Friburgo casa populares doadas pela prefeitura tenham sido alugadas por seus

donos, que passaram a morar em barracos — comprovando que não basta criar programas bem intencionados para os mais pobres se ao mesmo tempo não se evitar o aparecimento das favelas e, onde elas já existem, delimitá-las e impedir a todo custo o seu crescimento. A alternativa demagógica é permitir que prossiga a deterioração contínua dos centros urbanos.

Sábado, 15 de abril de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: Poder Judiciário

NOSSA OPINIÃO

Mérito da reforma

Da reforma do Judiciário destaca-se a emenda constitucional nº 45, com a criação do Conselho Nacional de Justiça e organismo idêntico para o Ministério Público. Chamados de forma pouco apropriada de instrumentos do "controle externo", os dois conselhos são essenciais para regular a Justiça e o MP, baixar normas administrativas, ter alguma função de correção, etc.

Não fosse o CNJ, a inaceitável e histórica prática do nepotismo nos tribunais continuaria sem ser coibida. O mesmo vale para o desregramento na definição dos salários na magistratura. Inflados, em alguns tribunais, a níveis muito acima do teto legal de remuneração no setor público.

Há outra parte da reforma menos conhecida, porém de importância equivalente à emenda constitucional. É o conjunto de 26 projetos destinados a mudar a legislação infraconstitucional do Poder Judiciário. São leis que mexem com o funcionamento da Justiça, normatizam a tramitação dos processos, redefinem ritos.

Esse segmento da reforma visa a atacar questões-chave relacionadas à exasperante lerdeza dos tribunais e, portanto, também ao custo da Justiça para a população e as empresas. Lenta e cara são duas características negativas que acompanham a Justiça brasileira há gerações.

Existem várias alterações para apressar a tramitação dos processos. A definição de súmulas pelo Supremo Tribunal Federal é um dos aperfeiçoamentos. Pelo novo sistema, o Supremo toma decisões sobre temas relevantes em torno dos quais há muitos processos em curso e as edita em súmulas, para serem seguidas nas instâncias inferiores.

A redução no número de recursos de que os advogados podem se valer é outra medida saudável. Como há 47 modalidades de recursos, compreende-se por que os tribunais vivem superlotados.

Uma coisa é a obediência a preceitos constitucionais, como o direito de defesa. Outra é o uso de brechas ou dispositivos legais inadequados apenas para se ganhar tempo e retardar ao máximo uma derrota judicial.

Lentidão dos
tribunais
começa
enfim a ser
atacada

Domingo, 16 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Escolha errada

O governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu atingir a virtual universalização das matrículas no ensino fundamental, um grande êxito no qual cumpriu papel-chave a criação do Fundef, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, uma verdadeira reforma fiscal executada para distribuir melhor entre os municípios as verbas da educação.

Aumentaram os salários dos professores e as salas de aula ficaram cheias, por ação dos próprios prefeitos, já que a contrapartida federal aos municípios é calculada pelo número de matrículas. E assim a absoluta maioria das crianças brasileiras entrou na escola — pelo menos formalmente.

O presidente Lula substituiu FHC quando já se debatia a necessidade de mais um passo na política educacional, o da qualidade. Como quantidade não é sinônimo de qualidade, a universalização não significa jovens bem instruídos.

O governo Lula está a pouco mais de oito meses do final e a questão da qualidade continua em aberto. Reportagem publicada pelo GLOBO no domingo passado, com base em dados do IBGE, traçou um

cenário trágico: 83,8% dos alunos do ciclo fundamental público no Sul do país ficam, em média, apenas até quatro horas na escola. No Sudeste, o índice é de 32,3%. No Nordeste, ele chega a 80,6%. Os índices são preocupantes também nos demais níveis do ciclo básico (pré-escolar e médio). Melhoram um pouco na rede particular de ensino. Mesmo assim, no Sul, 61,6% dos alunos não ficam o tempo suficiente na escola privada para ter um bom rendimento.

Esses números realçam o que já se sabe há algum tempo: um dos grandes dramas brasileiros são as evidentes deficiências do ensino básico. O futuro de qualquer país se decide na maior ou menor capacidade que têm governos e sociedades para resolver essa equação.

E o Brasil tem perdido muito tempo. O governo Lula ampliou o Fundef, rebatizou-o de Fundeb, para abranger o ciclo básico. Mas o novo fundo não terá os recursos necessários para debelar as carências. Isso porque o governo deixou a educação em segundo plano e optou pelo assistencialismo — de bom rendimento eleitoral, mas de baixo ou nenhum retorno em termos de mudança de padrão de desenvolvimento econômico e social.

Educação
básica
continua
um drama
nacional

Domingo, 16 de abril de 2006

O GLOBO

Corte nos juros

Os índices de inflação estão em queda, se comparados com os de igual período do ano passado. E as expectativas de comportamento desses índices para os próximos meses, manifestadas pelos departamentos de análise econômica das instituições financeiras, apontam para uma inflação em 2006 abaixo do ponto central da meta que vem sendo perseguida pelo Banco Central (4,5%).

Com uma inflação inferior ao patamar de 5% ao ano, o esforço de estabilização da moeda se torna naturalmente mais fácil, pois as pressões para reajustes de preços diminuem, e as negociações salariais passam a enfocar mais a questão da produtividade.

Tal cenário possivelmente levará o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na reunião desta semana a promover novo corte na taxa de juros básica. Se confirmado, esse corte reduzirá a taxa básica para seus níveis mais baixos desde o lançamento do real.

É animador que esse processo esteja em curso em um momento que a economia brasileira dá sinais de recuperação no seu ritmo de crescimento. Simultaneamente

ao alcance da meta de inflação, o corte nos juros proporcionará também uma queda mais substancial na relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), que ao fim de 2005 estava em 51%.

A relação dívida/PIB é ainda um dos pontos frágeis da economia brasileira e parece ser um dos últimos obstáculos para que o país atinja o grau de investimento sem

risco (*investment grade*) nos relatórios das agências internacionais avaliadoras de risco. A queda da dívida em proporção ao tamanho do PIB certamente contribuirá para a criação de um círculo virtuoso, pelo qual os juros poderão baixar progressivamente.

É claro que o Copom estará atento aos últimos acontecimentos

no mercado financeiro internacional, e em especial com a alta dos juros nos Estados Unidos. No entanto, como os juros básicos no Brasil permanecem bem acima da média, inclusive das economias emergentes, há sem dúvida espaço para novos cortes por aqui. Não é por acaso que as instituições financeiras ouvidas pelo Banco Central estão projetando uma taxa de 14% para dezembro de 2006.

Copom deve
fixar a taxa
mais baixa
da era
do real

Segunda-feira, 17 de abril de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: Segurança e polícia

NOSSA OPINIÃO

Parte do problema

Discutir a repressão à criminalidade remete de forma inexorável à questão da polícia. Mas não só. Pois hoje se sabe que o combate ao banditismo, no estágio em que ele se encontra, requer ações amplas, múltiplas, coordenadas entre diversos agentes sociais — até mesmo com a polícia.

A longa crise de segurança pública que o país atravessa, com focos de extrema gravidade nas maiores regiões metropolitanas, ensina que, se a polícia é parte da solução, ela também é sócia do problema.

Parte da criminalidade só existe porque há uma banda podre na polícia — imune, pelo visto, a qualquer governo. Policiais experientes garantem que as armas de guerra vistas nos morros, expostas nas mãos muitas vezes de adolescentes, não vêm de fora. São conseguidas dentro do próprio Rio com a cointivência de policiais corruptos e por esquemas montados dentro de quartéis das Forças Armadas.

É essa mesma polícia que aterrizou as comunidades das fave-

las e achaca os traficantes em vez de prendê-los, como registrado no filme "Falcão — Meninos do tráfico", do rapper MV Bill e de Celso Athayde, da Central Única de Favelas (Cufa). Policiais honestos e competentes são imprescindíveis para se debelar essa crise. E eles existem. Mas precisam ter espaço nas instituições policiais.

O esfacelamento do tecido social nas grandes cidades brasileiras criou áreas em que não há Estado, reina o crime. Essa realidade, por si só, ensina que não é a repressão policial o único antídoto a ser aplicado.

O "Cavetirão", blindado da PM projetado para entrar nas favelas mais perigosas, não pode ser a única face do Estado a aparecer nessas comunidades pobres. É preciso também despachar para as favelas ambulâncias, material escolar, instalar postos de saúde, e assim por diante.

Não é romantismo. O controle da violência passa pelo resgate dessas comunidades, para que o asfalto e o morro voltem a fazer parte da mesma cidade, como no passado.

O combate à
violência
requer ações
além da
repressão

Terça-feira, 18 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Velha história

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva teve de assinar a Carta ao Povo Brasileiro, antes da fase final da campanha de 2002, para formalizar o compromisso de não colocar em prática os desatinos que o PT defendia na oposição, e com isso evitar uma debacle no país. O já favorito Lula tratava, àquela altura, de proteger o seu futuro governo.

Hoje, com a campanha eleitoral informalmente deflagrada, não existe mais o espectro de políticas heterodoxas e equivocadas como em 2002. O cenário da reeleição é tratado sem sustos. Só um cavalo-de-pau no transatlântico da economia brasileira iria destruir o que foi construído nos últimos três anos por causa do bom senso do presidente em assinar a Carta ao Povo Brasileiro — e cumpri-la.

Por isso causa estranheza a decisão do governo de propor, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o primeiro mandato do próximo presidente, a ausência de limites para os gastos públicos e os tributos federais. Em compensação, a LDO de 2007 mantém o superávit primário em 4,25% do PIB e estabelece uma redução anual nos gastos correntes de 0,1 ponto percentual do PIB.

São sinais contraditórios que ten-

dem a confundir mercados e a semear dúvidas sobre o discurso das autoridades a favor da responsabilidade fiscal. Os temores se justificam, pois sequer os tetos previstos no projeto da LDO deste ano para os gastos (17% do PIB) e os impostos (16%) foram mantidos no Congresso, sem que o Palácio do Planalto reagisse à altura. Ao contrário, é evidente a preocupação do presi-

dente e do novo núcleo de poder em acelerar os gastos em função do calendário eleitoral. E assim o problema crônico do crescimento das despesas correntes acima do PIB, que persiste há cerca de uma década, agrava-se.

Mais um aumento real do salário mínimo e também um reajuste acima da inflação para aposentados e pensionistas pressionarão bas-

tante as contas públicas. Toda a ganância em curso já coloca em risco a meta do superávit deste ano. É preocupante, pois, o contexto em que o governo envia a nova LDO ao Congresso sem limites para gastos e impostos. No final, já se sabe o que acontecerá para o fechamento das contas: aumento da carga tributária e mais cortes nos investimentos públicos. Com todas as consequências em termos de baixo crescimento econômico e juros elevados.

LDO torna
mais obscuro
o futuro
das contas
públicas

Terça-feira, 18 de abril de 2006

O GLOBO

Retrato fiel

Por desalentador que seja, certamente não pode causar surpresa que 51% dos cariocas tenham vontade de deixar a cidade para fugir à violência, como constatou levantamento do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social publicado pelo GLOBO. Há quem conteste a metodologia empregada; mas se há dúvidas quanto à precisão quantitativa dos resultados, a ausência da conclusão se mantém: o carioca está com muito medo da criminalidade.

E com razão. Que morador de Copacabana (que, juntamente com Duque de Caxias, é um dos dois lugares mais violentos da cidade, segundo os próprios moradores) não foi assaltado, não testemunhou algum assalto ou não teve um parente assaltado?

Os sintomas do medo são óbvios: tráfegar de carro com janelas fechadas se tornou comum, desapareceram as bancas de jornais que ficavam abertas 24 horas, a frequência dos restaurantes caiu à noite e os hábitos de modo geral mudaram.

Isso, observe-se, num bairro que no exterior é sinônimo de Rio de Janeiro e do próprio Brasil. E está na maior porta de entrada do

turismo do país. Não que os turistas tenham deixado de vir, longe disso. Ele continuam visitando a cidade, e em grande número — embora muitos, infelizmente, sejam homens e possam ser vistos passeando abraçados a meninas nitidamente menores de idade.

Esse turismo sexual, da mesma forma que o tráfico de drogas, é um problema de âmbito federal, assim como os assaltantes e as

crianças de rua são problemas de âmbito estadual e municipal. E justamente porque a criminalidade tem sua origem nessa multiplicidade de fatores, fica evidente que não se poderá dar início a um trabalho de repressão bem-sucedido sem a atuação integrada da administração pública em seus três níveis.

É possível reduzir o nível de insegurança que domina os cariocas e que se traduz, por exemplo, no fenômeno da subnotificação: muitas vítimas do crime sequer se dirigem à polícia para dar queixa. Mas para produzir essa mudança de cenário não bastam retórica e iniciativas esporádicas de invasão e ocupação de favelas. É necessário um trabalho conjunto e permanente do poder público municipal, estadual e federal.

O carioca está
com muito
medo, e com
razão, da
criminalidade

Quarta-feira, 19 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Fora da lei

Sob o pretexto de marcar os 10 anos do chamado massacre de Carajás, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) promoveu uma série de ações ilegais e violentas em nove estados. Oito rodovias federais foram bloqueadas em Pernambuco, com o saque de pelo menos dois caminhões; também cortaram o tráfego em estradas no Sul; invadiram uma fazenda da fábrica de papel Suzano na Bahia; dez outras no Pontal de Paranapanema, no Interior de São Paulo, além de manifestações em diversas cidades.

Cabe lembrar que as 19 mortes ocorridas há uma década no interior do Pará se deveram ao choque entre uma tropa da PM despreparada e um grupo de militantes do MST que partiu para cima de soldados armados empunhando pedaços de pau, foices e pelo menos um revólver, como registrado em vídeo. As mortes deveriam ter sido evitadas. Mas a culpa precisa ser dividida entre as partes.

Passados pouco mais de três anos do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, deve-se registrar que o presidente estava enganado quando se apresentou aos eleitores como aquele que melhor saberia tratar com os movimentos chamados

de sociais, em particular o MST. É possível que o candidato Lula entendesse que apaziguaria o campo se cedesse espaço na máquina do Estado ao MST e aliados. Até chapéu do movimento o presidente usou de forma inconveniente no gabinete de trabalho. Aquele gesto simbolizava a intimidade entre o governo e os sem-terra, a quem foram praticamente entregues o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra.

MST perdeu a referência de autoridade e estado de direito

Hoje se constata que o resultado dessa aliança espúria foi a perda absoluta de referência pelo MST do que é autoridade pública e estado de direito. A leniência do governo produziu uma perigosa metamorfose nesse e em outros movimentos, símbolos cada vez mais nítidos de uma espécie de banditismo movido a

ideologias toscas.

É comum autoridades dizerem ser importante evitar a "criminalização" dos ditos movimentos sociais. Não passa de uma balela. Apenas usam uma palavra rebuscada para defender a impunidade de aliados. Mao Tsé-Tung já liderou um grupo de bandidos nas florestas chinesas nos tempos da luta contra Chiang Kai-Shek. Mas o Brasil não é a China do início do século passado e Araguaia deu no que deu.

Quarta-feira, 19 de abril de 2006

O GLOBO

Baixo risco

O Estado do Rio de Janeiro ainda vive as consequências negativas de um longo processo de esvaziamento econômico e político, mas tem agora com o petróleo uma oportunidade concreta para retomar sua vocação industrial, gerando renda para se recuperar socialmente.

Não só os investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural servem de alavanca para essa recuperação, mas também a transformação do óleo cru em combustíveis, matérias-primas e insumos para diversos ramos industriais.

Por isso, o Rio de Janeiro tem razões para comemorar a entrada em funcionamento do pólo gás-químico de Duque de Caxias e o anúncio de um novo complexo petroquímico em Itaboraí e São Gonçalo, na região metropolitana carioca.

O impacto de um investimento dessa magnitude pode ser medido pelo que aconteceu na Bahia, por exemplo. Nos anos 70, a Bahia era um estado que igualmente atravessara processo de esvaziamento econômico, embora fosse o maior produtor brasileiro de petróleo. Com o pólo petroquímico

co de Camaçari — muito criticado na época, por não se tratar de uma indústria capaz de absorver o tipo de mão-de-obra disponível na região — a Bahia reencontrou o caminho do desenvolvimento e hoje atrai importantes projetos. O pólo já não deve ser mais chamado apenas de petroquímico, pois abrange outras indústrias que se beneficiam de seus produtos (automóveis, pneus etc.).

maçari responde por um terço do produto interno bruto da Bahia, gerando 29 mil empregos diretos.

O novo complexo petroquímico do Rio já nascerá moderno, com impactos ambientais controlados e mitigados. O fato de estar próximo a áreas de proteção e conservação ambientais aumentará ainda mais a responsabilidade dos investidores no sentido de que ali funcionem instalações industriais exemplares, que não signifiquem risco para o meio ambiente.

Talvez com esses investimentos industriais finalmente ganhe corpo o desmoralizado programa de despoluição da Baía de Guanabara, cujos resultados estão a desejar. Nada pior do que a sobrecarga de esgoto e lixo que é jogada diariamente na baía.

Impactos ambientais do pólo de Itaguaí serão controlados

Quinta-feira, 20 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Pacote inadequado

A aprovação pelo Senado de um pacote de regras eleitorais de que foram subtraídas algumas propostas moralizadoras e mantidas outras despropositadas é mais uma demonstração da eficiência com que este Congresso trabalha contra a própria imagem.

Pelo menos consola saber que o conjunto de dispositivos aceitos pelos senadores não vigorará nas próximas eleições. Pois se espera que o Supremo Tribunal Federal seja coerente e mantenha a posição tomada com relação à supressão do princípio da verticalização. Como nesse caso, o pacote aprovado viola o preceito constitucional que impede mudanças na legislação eleitoral a menos de um ano das urnas.

Tem-se, então, a chance de, na próxima legislatura, voltar-se a discutir a revisão das normas referentes a partidos e eleições para aumentar a representatividade do Legislativo e afastar da vida política negociatas e manipuladores da opinião pública.

O projeto que a Câmara dos Deputados remeteu ao exame do Senado se originou da compreensível reação de congressistas, entre eles o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, ao

escândalo do mensalão.

Bornhausen, autor do projeto original depois enviado à Câmara, propôs limites a gastos de campanha para combater o caixa dois, e outras ações nesse sentido, ficando em plano secundário a fiscalização das finanças de políticos e partidos, a transparência na prestação de contas e a punição dos infratores. Ainda assim, na tramitação do pacote pela Câmara, che-

gou-se a uma forma final, que incluía punições também para tesoureiros, a "emenda Delúbio", e não apenas para o candidato beneficiário de dinheiro ilegal; incriminava doadores de dinheiro paralelo e ampliava a suspensão do acesso da legenda infratora ao fundo partidário. Seriam avanços na legislação, não fosse o Senado derrubá-las

todas. E ainda manteve a inconstitucional proibição para a publicação de pesquisas eleitorais nos 15 dias anteriores às eleições.

Insuficiente e equivocado, o pacote precisa ser revisto em 2007. Mesmo porque a atual legislatura, em que mensaleiros têm sido inocentados no plenário da Câmara, não tem legitimidade para tratar de pautas estratégicas. Muito menos de assuntos referentes à moralidade e à ética.

Ainda está
para ser
feita a
reforma
eleitoral

Quinta-feira, 20 de abril de 2006

O GLOBO

Sangue frio

A própria natureza clandestina do seu programa nuclear impede que o resto do mundo avalie com precisão se o Irã está perto ou longe de fabricar a bomba.

Ao que tudo indica, há uma boa dose de bazófia nas declarações do presidente Mahmoud Ahmadinejad. É bom para sua reputação de líder regional ser visto como o pequeno mas audacioso Davi que não tem medo de desafiar a ira do Golias americano. Lembre-se, a propósito, o exemplo do iraquiano Saddam Hussein, que fez fama, fortuna e uma longa carreira de ditador insultando Washington. E o do líbio Muammar Kadafi, que abdicou do papel de principal inimigo árabe dos EUA depois do bombardeio de Trípoli ordenado por Ronald Reagan em 1986.

Histrionices à parte, o confronto entre EUA e Irã em torno das pretensões iranianas de hegemonia nuclear regional representa perigo real. Há nas provocações de Ahmadinejad um elemento suicida que o regime dos aliatóis ostenta como título de glória — ou como a mais letal das armas do seu arsenal de guerra.

Do outro lado do Atlântico, o Pentágono do presidente George

W. Bush se destaca pela atitude agressivamente beligerante. Na invasão do Iraque, o secretário americano de Defesa, Donald Rumsfeld, demonstrou até onde pode ir sua imprudência em situações capazes de precipitar a guerra.

A comunidade internacional precisa se assegurar de que o regime dos aliatóis jamais venha a adquirir a tecnologia e os mate-

riais necessários para desenvolver e fabricar a bomba. Dispõe, para tanto, de instâncias multilaterais, como o Conselho de Segurança da ONU. É indispensável que as potências que assumiram a responsabilidade pela segurança no mundo — Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China — se unam para formar uma barreira de contenção.

Dispensa-se a oferta do governo americano de resolver a disputa à sua maneira, como se a ameaça nuclear iraniana fosse uma questão bilateral. Os efeitos de uma guerra entre EUA e Irã sobre a estabilidade do Oriente Médio e a economia mundial podem ser avaliados pela alta do preço do barril de petróleo nos últimos dias. E por ora é só retórica, nenhum tiro foi disparado.

A via
diplomática
continua
aberta na
crise do Irã

Sexta-feira, 21 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Vitória de todos

Ao entrar em operação no campo de Albacora Leste (Bacia de Campos), com uma capacidade de produção de 180 mil barris de petróleo e seis milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, a plataforma P-50 passa a ser o marco da tão sonhada auto-suficiência brasileira em hidrocarbonetos.

Desde a descoberta dos reservatórios gigantes de petróleo na Bacia de Campos, em meados da década de 80, o caminho para a chamada auto-suficiência se tornou previsível e se acelerou à medida que a Petrobras avançou tecnologicamente e administrativamente. A maior empresa brasileira vivia antes escudada pela garantia de um nefasto monopólio, e sem parâmetros que permitissem à população avaliar o seu grau de eficiência.

Assim como na década de 50 o debate acalorado que levou à criação da Petrobras foi decisivo para o desenvolvimento desse segmento da indústria, a reforma constitucional que quebrou o monopólio e a nova lei do petróleo em 1995 e 1997 também se revelaram fundamentais para que a própria esta-

rar o mérito da Petrobras no alcance dessa marca emblemática. O uso do petróleo como bandeira política na verdade prejudicou mais do que beneficiou a estatal, a começar pelo chamado relatório Link, o geólogo americano que foi responsável pela formação de uma brilhante equipe de técnicos brasileiros. Walther Link foi injustamente acusado por pseudonacionalistas de ser agente das companhias internacionais interessadas em manter o Brasil como importador cativo.

Mas as recomendações do seu famoso relatório — resultado de um trabalho de equipe composta basicamente de brasileiros — mostraram-se muito úteis com o passar dos anos. Na avaliação das bacias sedimentares, o relatório chamou a atenção para a possibilidade de descobertas na plataforma submarina. E propunha que se investisse fortemente na formação de pessoal.

As duas recomendações foram seguidas e com o empenho de um dos antigos membros da equipe de Link, o geólogo Carlos Walter Marinho (infelizmente já falecido), chegou-se às descobertas na Bacia de Campos.

Não se pode
creditar a
conquista a
um único
governo

tal desabrochasse. Os críticos do monopólio tinham absoluta razão ao afirmar que, junto com o país, a Petrobras seria a empresa mais favorecida ao se instituir um ambiente de competição na indústria do petróleo, pois ficaria livre de amarras que dificultavam seus investimentos e além disso seria obrigada a buscar eficiência e produtividade.

Sem a quebra formal do monopólio, a Petrobras provavelmente ainda estaria sujeita a um controle governamental sobre os seus preços, e os critérios políticos pesariam mais do que os técnicos nas decisões da empresa.

No plano estratégico da Petrobras, com os investimentos já em andamento ou em vias de serem iniciados, a companhia estará em 2010 produzindo mais de 2,3 milhões de barris diários de petróleo internamente e outros 500 mil no exterior. E sua capacidade de refino, aqui e lá fora, deverá ultrapassar a casa de dois milhões de barris por dia.

Embora com participação reduzida, outras empresas, pequenas e grandes, já vêm contribuindo para a auto-suficiência na produção de petróleo, o que deve ser estimulado para se diversificar as fontes de pesquisa e suprimento. Para os fornecedores da indústria, é importante que não haja apenas um único comprador no mercado.

Não há, entretanto, como se ti-

Com a P-50, o Estado do Rio de Janeiro responderá por quase 90% da produção brasileira de petróleo e por cerca de 50% da produção de gás natural. Esse volume de produção tem gerado, além da demanda por bens e serviços (que alavancou o ressurgimento da construção naval no país, por exemplo), uma receita considerável em royalties e participações especiais para o estado e os municípios produtores, o que, aliás, deveria ser motivo de

males reflexão por parte da população fluminense. Ainda que o Rio de Janeiro venha a se manter como grande produtor de petróleo por mais duas décadas, pelo menos, tal receita é finita e deveria ser usada em proveito também das futuras gerações, com investimentos que tragam benefícios permanentes ou duradouros para o estado, em vez de ser instrumento de um ou outro governante.

E bem a propósito, a auto-suficiência não deve ser creditada somente a este (na administração do presidente Lula, a média de crescimento da produção e de aumento das reservas até diminuiu, o que não é de todo relevante) ou a outro governo, pois se trata de uma conquista do país. O dado negativo é que, não fosse o fraco desempenho da economia nos últimos anos, o consumo de combustíveis teria evoluído, exigindo maior volume de produção para se alcançar a auto-suficiência.

Êxito reflete
a importância
do fim do
monopólio
estatal